



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar n.º 37/XIV/3.^a

Para Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

A luta contra todas as formas de discriminação, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas conexas de intolerância, incluindo o antissemitismo, e a promoção, proteção e realização de todos os direitos humanos para todos são prioridades permanentes para Portugal, tanto a nível interno (de que é exemplo a recente adoção do primeiro Plano Nacional de Combate ao Racismo e Discriminação), como ao nível da nossa ação externa.

É neste contexto que se insere o apoio de Portugal ao chamado “processo de Durban” criado em 2001 com a aprovação da Declaração e do Programa de Ação de Durban (DDPA). Note-se que o apoio do nosso país a este processo existiu sempre, e sem interrupções desde 2001, incluindo durante a Conferência de Revisão em 2009 e a Declaração Política do 10.º Aniversário de Durban.

O DDPA é uma referência incontornável nos esforços internacionais de luta contra o racismo e a discriminação racial. Lamentamos que a politização deste processo ofusque o seu real contributo e potencial para contribuir para a luta contra o racismo e a discriminação racial. Portugal manteve sempre uma atitude construtiva em relação ao processo de Durban, nunca o abandonou, e tentou sempre contribuir para a despolitização do dossier.

Neste sentido, e como reconhecimento do empenho de Portugal no combate ao racismo, o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas convidou Portugal para facilitar, juntamente com a África do Sul, as negociações sobre as comemorações das Nações Unidas do 20.º aniversário do DDPA. Tal incluiu a negociação da Declaração Política, que veio a ser adotada na reunião de alto-nível da Assembleia Geral das Nações Unidas do passado mês de setembro. Regozijamo-nos com o facto de a declaração, na qual Portugal muito se empenhou, ter sido adotada sem recurso a voto.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Na reunião de alto nível sobre o 20.º aniversário, Portugal fez-se representar pelo Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

O governo português espera que da participação de Portugal nesta conferência resulte um compromisso renovado da parte da comunidade internacional na luta contra o racismo, a discriminação racial e todas as formas de intolerância relacionadas, incluindo o antissemitismo.

É mais do que nunca importante uma mobilização política para a implementação plena e efetiva de todas as obrigações e compromissos internacionais na área do combate ao racismo, incluindo da Declaração e Programa de Ação de Durban e dos seus mecanismos de seguimento.

Um dos resultados tangíveis da ação de Portugal enquanto co-negociador da declaração política, aprovada sem recurso a voto – note-se uma vez mais – foi o facto de dela constar linguagem sobre a necessidade de combater o antissemitismo.

De um ponto de vista nacional, o governo português espera que da sua participação nesta conferência resulte a consolidação e o reforço da imagem de Portugal enquanto país empenhado na promoção dos direitos humanos e construtor de pontes entre todas as regiões do mundo. Esperamos ainda que traduza o nosso empenho nas Nações Unidas e no multilateralismo.

Com os melhores cumprimentos, *per bai ✓*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

BJ/RR